AUTONOMIA E SUBMISSÃO: O SENTIDO HISTÓRICO DA ADMINISTRAÇÃO YEDA CRUSIUS NO RIO GRANDE DO SUL

Mário Maestri

Introdução

O presente artigo ensaia uma síntese analítica sintética da formação do Estado Regional sul-rio-grandense como instrumento de imposição da hegemonia das classes dominantes regionais, na Colônia, no Império e, particularmente, na República. Destaca a gênese, consolidação e dissolução do Bloco Político-Social castilhista; dos projetos de inserção autônoma do Rio Grande do Sul no Estado Nacional, de Flores da Cunha e Leonel Brizola; a perda-renúncia crescente da hegemonia político-social pelas classes dominantes regionais diante do capital hegemônico do Centro-Sul e, a seguir, internacional.

1 Rio Grande do Sul: a formação de um estado regional singular

Nesses primeiros semestres de 2008, três sucessos políticos sulinos recentes causam profunda perplexidade aos cientistas sociais rio-grandenses e brasileiros. São eles: as incessantes denúncias sobre corrupção generalizada da administração Yeda Crusius; a criminalização dos movimentos sociais pelo atual governo rio-grandense, com destaque para a repressão político-policial ao MST; a falta de reação da população sulina contra realidades que violentam o que se acredita serem tradições regionais históricas essenciais e parte do tão propalado "orgulho de ser gaúcho": a probidade pública republicana e o respeito aos direitos cidadãos mínimos.

São diversas as explicações apresentadas para esses graves fenômenos. Afirma-se que a corrupção cresceu apenas qualitativamente, já que ela teria também no Sul raízes profundas e históricas. Prova de tal precocidade seria o abocanhamento com fome pantagruélica, desde os tempos coloniais, pelos "amigos do rei", das terras nativas e públicas e dos gados uruguaios,

missioneiros etc., no Rio Grande do Sul, sob os olhos cegos das autoridades, quando não incentivado por elas.¹

A criminalização dos movimentos sociais, com destaque para o MST, promovida pelo governo e pela Justiça rio-grandense, nada trairia de novo, sendo apenas movimento tático com o fim de reconquistar apoios para a administração debilitada por sucessivos tropeços nascidos de indiscutível inabilidade política da governadora e das crescentes denúncias de corrupção envolvendo ela, o Detran, o Banrisul, o DAER etc. Apresentou-se também a ação governamental como uma mera e normal aplicação de receitas neoliberais anti-populares ao Rio Grande do Sul.

Ainda que no essencial corretas, essas explicações não elucidam o significado profundo dos sucessos em curso. A atual administração Yeda Crusius persegue e implementa o projeto de construção de um novo ordenamento regional, em ruptura radical com o passado republicano sulino, que almeja transformações profundas e estruturais da formação rio-grandense, exigidas pelo acelerado e significativo processo de internacionalização capitalista da economia e da sociedade sulina.

1.1 Liberais e republicanos

Nos séculos XVIII e XIX, nos quadros do centralismo, primeiro real, a seguir monárquico, a política e a sociedade sulinas foram dominadas regionalmente pelas classes pastoril-latifundiário-escravistas, implantadas sobretudo no meridião rio-grandense. Apesar da originalidade de paisagem e da produção local, havia profunda identidade entre o Sul e o resto do Brasil, quanto à forma de exploração do mundo do trabalho.² Porém, desde 1824, a colonização de parte do Rio Grande por agricultores pequenos-proprietários de origem européia não-portuguesa impôs brecha camponesa na apropriação e exploração latifundiária da terra, singularizando profundamente a sociedade sulina em relação ao resto do Brasil.

No final do Império e nos começos da República Velha, a policultura colonial-camponesa de subsistência espalhou-se pelo nordeste e norte sulinos, comercializando seu excedente, originalmente, sobretudo no mercado regional. A forte expansão populacional e econômica ensejada pela reprodução ampliada da sociedade colonial promoveu produção artesanal, manufatureira e industrial ligada às suas necessidades. Essas pequenas e médias empresas, voltadas sobretudo para o mercado local e regional, foram alimentadas pelo trabalho excedente do colo-

¹ Cf. CHAVES, Antônio Gonçalves. Memórias Ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1978.

² Cf. ZARTH, Paulo. A. História agrária do Planalto gaúcho. 1850-1920. Ijuí: EdilJuÍ, 1997.

no-camponês expropriado em parte substancial de seu trabalho excedente sobretudo pelo capital comercial.³

Essencial para a produção da renda regional, a economia pastoril-charqueadora exportava seus produtos principalmente para o resto do Brasil e desinteressava-se do mercado regional, que pouco lhe aportava. As classes dominantes pastoril-charqueadoras militavam pelo ingresso de alimentos/manufaturados baratos desde o Prata e pela restrição da ação e dimensão do Estado. Elas relacionavam-se em forma paternalista e despótica com as classes e etnias subalternizadas, que se inseriam no processo social essencialmente como produtores alienados e dominados.

Ao contrário, a produção artesanal, manufatureira e industrial sul-rio-grandense, em boa parte nascida da sociedade colonial-camponesa, dependia do mercado regional, já que marginalizada dos mercados do centro do Brasil pela produção regional mais próxima de unidades fabris de maior porte do Rio de Janeiro e de São Paulo e pelos produtos importados – bens de consumo e intermediários. Os pequenos produtores gozavam de forte autonomia, em relação ao mundo pastoril-charqueador. Em 1907, os três principais pólos industriais regionais do Brasil eram o Rio de Janeiro (33,1%), São Paulo (16,5%) e Rio Grande do Sul (14,95).⁵

1.2 Um novo Estado em construção

Quando da crise da monarquia, em 1889, a diversidade, dispersão e dependência do mercado regional, em relação à produção rural, artesanal, manufatureira etc. colonial-camponesa, contribuíram fortemente para o deslocamento do domínio político regional do Partido Liberal sulino, representante do latifúndio pastoril. Ao contrário do resto do Brasil, no Rio Grande do Sul, o Estado regional oligárquico-escravista não se metamorfoseou em Estado oligárquico-republicano dos grandes estancieiros, ao ser dominado por dinâmico bloco político-social pró-ca-

³ Cf. MAESTRI, Mário José. Os senhores da Serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul. 1875-1914. 2. ed. revista e ampliada. Porto Alegre: ACIRS; Passo Fundo, EdiUPF, 2005; ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1969; WENCZENOVICZ, Thaís Janaína. Montanhas que furam nuvens: imigração polonesa em Áurea (1910-1945). Passo Fundo: UPF, 2002.

⁴ Cf. GUTIERREZ, Ester. Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: UFPEL, 1993; MAESTRI, Mário. O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul, EDUCS, 1984.

⁵ Cf. MULLER, Carlos Alves. A história econômica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Grande Sul, 1998; ISCRE. Industrialização do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ISCRE, 1968; REICHEL, Heloísa Jochims. A indústria têxtil do Rio Grande do Sul: 1910 a 1930. Porto Alegre: IEL/Mercado Aberto, 1978.

pitalista nascido da necessidade de fortalecimento da produção e do mercado regional e, conseqüentemente, do estado sulino.

Por quatro décadas, sob o punho de republicanos como Júlio de Castilho, Borges de Medeiros, Getúlio Vargas e Flores da Cunha, o Rio Grande do Sul assumiu perfil diverso em relação ao resto do Brasil. Realidade que teria produzido a propalada maior probidade relativa de seus homens públicos; uma maior qualidade de vida média, um maior respeito aos direitos cidadãos, maior politização popular etc., igualmente em relação ao resto do país. O atual desbunde geral que presenciamos, no respeito à apropriação privada de bens públicos através da corrupção, no contexto do governo de Yeda Crusis, comprova que, descontadas os exageros e romantizações, aquelas características expressavam realidades objetivas agora em profunda crise. Constatação que não elucida as razões, por um lado, da eventual anterior maior probidade pública relativa e, por outro, da degringolada geral que vive a vida pública regional.

2 A crise do autonomismo do Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, no poder desde 1891, o castilhismo-borgismo, representante sobretudo de segmentos proprietários de grande dispersão e fortemente dependentes da produção-consumo regional, construiu Estado pró-capitalista, centralizador, modernizador, intervencionista, autoritário e autonomista. A Brigada Militar, criada como poderoso exército regional republicano, desde os primeiros momentos após a queda da Monarquia, contribuiu para que o Rio Grande do Sul fosse, salvo engano, o único estado da Federação a jamais conhecer intervenção federal durante a República Velha.⁷

A constituição-consolidação de aparato administrativo estatal relativamente desenvolvido, profissional e estável; a garantia de direitos civis mínimos; o desenvolvimento dos meios de transporte e da educação pública etc., nos quadros da ordem autoritária republicano-castilhista, interpretaram as necessidades de bloco social e político dominante, constituído pela produção serrana; pelo comércio regional; pela agricultura capitalista; pela manufatura e indústria regional fortemente dependentes do mercado regional. Um Estado que, pela própria simplicidade e acanhamento da produção mercantil dominante na época, de

⁶ Cf. FRANCO, S.da C. Júlio de Castilhos e sua época. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996

⁷ Cf. PEREIRA, Miguel José. Esboço histórico da brigada militar do estado do rio grande do sul: janeiro de 1890 a julho de 1918. Porto Alegre: Brigada Militar, 1953. 2 ed. Porto Alegre: Brigada Militar, 1953; RIBEIRO, Aldo Ladeira. Esboço histórico da brigada militar do estado do rio grande do sul: agosto de 1918 a setembro de 1930. Porto Alegre: Brigada Militar, 1953.

baixa circulação financeira e monetária, controlava-distribuía uma parte limitada da renda social. 8

O castilhismo-borgismo manteve relacionamento autoritário com o movimento operário urbano nascente, no contexto de iniciativas permanentes e intermitentes de atração, manipulação e repressão do mesmo. Em sua luta contra as facções liberais pastoris-charqueadoras, apoiou o movimento operário organizado, reprimindo-o, mesmo duramente, quando ensaiou projeto autonomista ou excedeu limites que lhe determinara. Em forma geral, as classes operárias e médias urbanas constituíram apoio objetivo passivo do Partido Republicano Rio-grandense contra a oposição latifundiário-pastoril liberal, que empreendeu assaltos armados ao poder em 1893-1895 e 1923. O castilhismo-borgismo respeitou e fez respeitar a hegemonia plena dos segmentos latifundiários sobre as classes trabalhadoras rurais. Em 1920, os três principais pólos industriais do Brasil eram São Paulo (31,1%), Rio de Janeiro (20,8%) e Rio Grande do Sul (11%).9

2.1 O fim da autonomia federalista

O destague nacional do Rio Grande do Sul durante a República Velha permitiu-lhe capitanear a chamada Revolução de 1930, produto da crise vivida pelo país após a Grande Guerra [1914-18]. Em paradoxo aparente, a construção de mercado-indústria nacional, sob a hegemonia dos capitais do Rio de Janeiro e de São Paulo, que consolidou a satelitização sulina, foi dirigida por Getúlio Vargas, rio-grandense da segunda geração castilhista, que radicalizou para o Brasil, em favor do capital nacional hegemônico, o programa autonômico que o castilhismo delineara e aplicara para o Sul. A proposta de Getúlio Vargas de reduzir o Rio Grande do Sul a "celeiro do Brasil", na divisão do trabalho nacional, consolidou a marginalização regional sulina através da crescente superação, já qualitativa, de sua indústria pela de São Paulo, que passou a fabricar, desde então, também bens de produção. Em 1958, a distribuição industrial do Brasil era: São Paulo (53,2%); Rio de Janeiro (11,2%); Rio Grande do Sul (8,1%).

De 1930 aos dias de hoje, ainda que tal movimento se tenha esboçado sobretudo após o fim da ditadura getulista, em 1945, apenas dois políticos regionais avançaram projetos de clara e explícita defesa da autonomia e de re-inserção capitalistas privi-

⁸ Cf. FONSECA, Pedro C. Dutra. RS: Economia e conflitos políticos na República Velha. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983; MAESTRI, Mário. Uma história do Rio Grande do Sul: a República Velha: desenvolvimento, consolidação e crise do capitalismo regional – 1889-1930. Porto Alegre: EdiUPF, 2005.

⁹ Cf. FRANCO, Sérgio da Costa. A Guerra Civil de 1893. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993; FLORES, Moacyr (Org.). 1893-95: a revolução dos Maragatos. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1993; ANTONACCI, Maria Antonieta. RS: as oposições e a Revolução de 1923. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

legiada do Rio Grande no contexto nacional – Flores da Cunha, em 1930-37, e Leonel Brizola, em 1959-63. Também membro da segunda geração castilhista, Flores da Cunha apoiou-se nos setores industriais sulinos e estendeu a mão às classes médias e operárias urbanas, propondo programa social particularmente avançado para seu Partido Republicano Liberal (1932) - leis "sociais contra a invalidez, acidentes no trabalho, moléstia, velhice, desocupação ocasional e não procurada e morte"; regime de "oito horas, no máximo, para trabalho maquinofatureiro, comercial, agrícola e mineiro, sua gradual redução à medida da eficiência maior dos processos de produção; restrição dos trabalhos noturnos; limitação dos turnos para as mulheres grávidas e para as lactantes [...] proibição de trabalho maquinofatureiro e mineiro aos menores de 14 anos". 10 Flores da Cunha desenvolveu e modernizou o aparato estatal e favoreceu os segmentos produtivos e industriais rio-grandenses, iniciando a construção de frota que permitisse que a produção sulina chegasse por melhores preços nos mercados brasileiros distantes. A derrota de Flores da Cunha por Getúlio Vargas em 1937, que vergou a última barreira à ditadura do Estado Novo [1937-1945], deveu-se fortemente à sua falta de apoio entre importantes segmentos das classes proprietárias sulinas, satisfeitas com a inserção marginal no cenário nacional e com a domesticação das classes trabalhadoras prometida por Vargas.11

2.2 Defecção inglória

Em 1959-63, o jovem governador Leonel Brizola empreendeu amplo projeto de aceleração da economia regional através do desenvolvimento de empresas estatais e de economia mista; da criação de banco regional de desenvolvimento [BRDE], de companhia telefônica [CRT], de ampla rede de eletrificação [CEEE], de siderúrgica [Aços Finos Piratini], de refinaria etc., medidas que impulsionariam por décadas a produção sul-rio-grandense. Por primeira vez, propôs democratização da terra que superasse nem que fosse relativamente o latifúndio, importante óbice à acumulação capitalista sulina jamais enfrentado por seus antecessores. Desde 1920, a coesão do latifúndio promovia a perda do Rio Grande do Sul de braços e capitais, devido à enorme imigração de colonos-camponeses para, inicialmente, Santa Catarina e Paraná, à procura de terra para plantar.

¹⁰ Cf. MAESTRI, Mário. Uma história do Rio Grande do Sul: ditadura e democratização: Da inserção na produção capitalista nacional à internacionalização neoliberal. 1930-2002. Porto Alegre: EdUPF, 2008. pp. 5 et seq.

¹¹ Cf. CAGGIANI, Ivo. Flores da Cunha: biografia. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996; SCHIRMER, Lauro. Flores da Cunha: de corpo inteiro. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007; SCHNEIDER, Regina Portella. Flores da Cunha: o último gaúcho lendário. Porto Alegre: EST/Martins Livreiro, 1981.

Nas eleições estaduais de 1963, a apostasia trabalhista conservadora de Fernando Ferrari garantiu a vitória da direita com apenas 37,5% dos votos e facilitou o golpe de militar-burguês de 1964, assinalando a defecção de setores proprietários sulinos determinantes com o projeto desenvolvimentista regional que exigia, para superar suas limitações estruturais, potenciação das empresas públicas estaduais, democratização da propriedade da terra, fortalecimento das classes trabalhadoras da cidade e do campo. As classes proprietárias sulinas renunciavam como um todo à possibilidade de acaudilhar o Rio Grande do Sul, ainda que fosse em defesa de seus próprios interesses.¹²

3 A economia rio-grandense sob o tacão militar

Com o golpe militar-burguês de 1964, venceu o projeto liberal-capitalista de superação do padrão de crescimento nacional-desenvolvimentista voltado para o mercado interno, sob domínio do capital nacional, em associação com o operariado urbano, em situação de subordinação. Em forma geral, assustadas pelo espectro de emergência social e econômica mesmo relativa dos segmentos populares historicamente mantidos na submissão, as classes proprietárias sulinas submeteram-se e conformaram-se à dominância do capital paulista e mundial, satisfeitas com o projeto ditatorial de arrocho salarial e de submissão dos trabalhadores.¹³

Com as rédeas do governo nas mãos, o general Castelo Branco, muito sensível aos interesses do imperialismo e do capital financeiro nacional e internacional, impôs à economia nacional processo liberal-recessivo para saneamento das finanças nacionais. O Rio Grande do Sul foi duramente atingido pela recessão e centralização das decisões políticas e dos recursos em favor do industrialismo paulista, em momento em que perdia o acesso direto ao poder central que gozara com o presidente rio-grandense João Goulart, mais sensível que Getúlio às reivindicações de seu estado natal.

Havia décadas que as classes dominantes sulina, sobretudo indústrias, e, secundariamente, rurais, exerciam seu domínio regional em boa parte através das empresas públicas estaduais como a CRT, CEEE, BRDE, Aços Finos Piratini etc. Em 1969, mais de 90% das indústrias sulinas pertenciam a rio-grandenses, tinham raízes familiares sobretudo teuto-italianas, eram pequenas

¹² Cf. LEITE FILHO, F.C. El caudillo: Leonel Brizola: um perfil biográfico. São Paulo: Aquiriana, 2008; SOUZA, Alda & SOARES, Floriano. Leonel Brizola. 3 ed. Porto Alegre: Techê!/RBS, 1985.

¹³ Cf. GORENDER, Jacob. A burguesia brasileira. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986; SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

e médias e em geral antiquadas. Apesar de constituírem menos de 10% no cômputo geral, as empresas regionais de grupos nacionais e mundiais, de maior composição orgânica, lucravam e se expandiam com maior vigor, indicando tendência profunda de desnacionalização e desregionalização da economia riograndense.¹⁴

3.1 Produzir aqui, vender lá

Após a recessão de 1964-1968, sob a nova orientação militar-desenvolvimentista, autoritária e desvinculada fortemente do mercado interno, a economia nacional - com destague para o pólo paulista – acelerou-se, apoiada nas exportações, na produção para segmentos nacionais endinheirados, no endividamento mundial e no achatamento salarial, deprimindo para sempre a importância relativa do consumo da população nacional na economia brasileira. De certo modo, com uma nova qualidade, voltava-se à situação conhecida no Império e na República Velha, onde a realização da produção nacional dependia essencialmente do mercado mundial. Durante o ciclo expansivo [Milagre Brasileiro – 1968-1972], o Rio Grande do Sul conheceu taxas de crescimento maiores às médias nacionais, mas menores às de São Paulo, mantendo o seu padrão tradicional de parque industrial constituído por empresas pequenas e médias, fortemente dependentes de super-exploração do trabalho, que deprimia, por sua vez, o mercado consumidor rio-grandense.

Enquanto crescia em São Paulo a produção de bens de produção e de consumo durável, a indústria sulina avançou apoiada sobretudo na exportação da produção-exportação primária [soja], atividade dependente, para expandir-se, de novas áreas de cultivo [já esgotadas em 1975]; na poupança regional; em indústrias já instaladas. A expansão da exportação de produtos agrícolas sulinos teve reflexos iniciais positivos, sobretudo para a indústria regional de máquinas agrícolas e de acessórios de veículos auto-motores, sem transformação estrutural da mesma.¹⁵

Nesse período, cresceu igualmente a fabricação de móveis, de fogões, de calçados, de alimentos, de cutelaria etc., vendidos em boa parte fora do Estado, no resto do Brasil e até mesmo no exterior. Praticamente sem exceções, esses ramos produtivos exigiam escassa tecnologia, importada comumente desde centros mais dinâmicos, no centro do Brasil e no Exterior. Em geral, aprofundou-se a dependência da economia sulina às exporta-

¹⁴ Cf. VELLOSO, Diderot M. "Aspectos da indústria no Rio Grande do Sul". Porto Alegre: Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos da PUCRS, dezembro de 1971. [Série ensaios e pesquisas, 4.]

¹⁵ Cf. CONCEIÇÃO, Octávio Augusto C. A expansão da soja no Rio Grande do Sul –1950-75. Porto Alegre: FEE, 1984.

ções para o resto do Brasil e para o exterior, sobretudo de matérias-primas, de produtos primários e de bens de consumo corrente – alimentos, calçados, couros, soja etc. As exportações sulinas primaram sempre pelo escasso valor agregado.

3.2 A agonia do colono-camponês

A penetração do capitalismo no campo aumentou a renda do capital e diminuiu relativamente a renda da terra e do trabalho. O avanço da produtividade rural deprimiu o preço unitário do produto. A monocultura capitalista dissolveu a policultura colonial-camponesa, aumentando a dependência da produção agrícola-pastoril aos insumos e à maquinaria e, assim, ao capital bancário e financeiro, no contexto da enorme instabilidade nascida da tradicional irregularidade do clima regional e dos preços internacionais.

Ainda sob a hegemonia das classes dominantes rio-grandense, rompia-se tendencialmente a histórica dependência da produção sulina ao consumo regional e nacional. Desde então, a economia nacional podia avançar de proa alta, enquanto enorme parte da população regional ou brasileira viajava semi-submersa na popa. A crise mundial dos anos 1975 elevou os juros e deprimiu o consumo mundial, levando os governos Figueiredo [1879-85] e Sarney [1985-90] a atrelaram a economia e a produção da nação ao pagamento incondicional de dívida, através do confisco inflacionário da renda popular, com reflexos dramáticos para o Brasil, com destaque para o Rio Grande do Sul.

Nesse período, retrocedeu relativamente a importância nacional da produção agro-pastoril sulina, devido à instabilidade climática, aos limites da área produtiva, à escassa produtividade e esclerose da estrutura fundiária regional. Em 1970, o Rio Grande do Sul produzia 15,6% do PIB agro-pecuário nacional; em 1985, 9,31%. Doravante, não sobraria sequer ao Rio Grande a situação de "celeiro do Brasil". Em 1975-80, a economia sulina cresceu abaixo da média nacional. Em 1980-85, conheceu período de pauperização. Durante o ciclo expansivo, crescera a perda de controle regional e nacional das atividades econômicas riograndenses, processo que se aceleraria dramaticamente após o fim do Regime Militar.

4 A maré neoliberal no Rio Grande do Sul

Em processo em parte análogo ao vivido pelo Rio Grande do Sul durante o Estado Novo, quando da ditadura militar de 1964-85, apesar de três dos cinco generais-presidentes – Costa e Silva; Garrastazu Médici; Ernesto Geisel – terem nascido no Rio Grande do Sul, o regime militar expressou nitidamente os interesses capitalistas hegemônicos do Centro-Sul, com destaque para São Paulo, aprofundando a satelitização da economia e da

sociedade sulina em relação aos interesses nacionais e internacionais dominantes. A sucesso de governadores sulinos que habitou fantasmagoricamente o Piratini, em um eterno amém ao poder central, expressa plenamente, na espera política, essa dominância.

Como assinalado, a partir dos últimos anos da ditadura, a subordinação da sociedade e da economia ao capital financeiro nacional e internacional para o pagamento incondicional da dívida ensejou verdadeira canibalização da renda nacional, processo que atingiu fortemente o Rio Grande do Sul que, nos anos 1980-96, cresceu a taxas médias de 2,0% ao ano. Ou seja, pouco acima da expansão demográfica. Essa realidade ensejaria muito forte endividamento público, que determinaria e determina, até hoje, duramente, as finanças estaduais.

Em fins dos anos 1980, a enorme maré neoliberal que varreu o mundo, ensejando derrota histórica ao mundo do trabalho, facilitou a vitória do aventureiro Collor de Mello, querubim do capital financeiro nacional e internacional e do privatismo tupiniquim, e de sua contrapartida sulina, o comunicador Antônio Britto, candidato do conservadorismo regional e da RBS, de "olho grande" na prometida rifa das propriedades públicas sulinas. Apesar da situação profundamente adversa para o movimento social e democrático, Britto venceu por um pelo as eleições ao sindicalista Olívio Dutra, então antagonista declarado das reformas e privatizações neo-liberais, assinalando a forte resistência da população rio-grandense a essas políticas.

4.1 Um terrível novo mundo

A liquidação a preço de banana podre da CEEE, da CRT, da Caixa Econômica Estadual, da Aços Finos Piratini, dos terminais portuários etc., empresas regionais de destaque nacional e, não raro, internacional, construídas com as rendas regionais nas décadas anteriores, sob a proposta de "integração internacional" da economia rio-grandense, assentou golpe derradeiro na autonomia política e na econômica sulina, retirando igualmente às classes dominantes locais, como um todo, importantes e tradicionais instrumentos de imposição de sua hegemonia. O fato de não ter havido praticamente resistência no bloco proprietário regional a essa expropriação em benefício de interesses isolados, comumente de fora do Rio Grande do Sul, registrou a profunda e radical dissociação desses setores com projeto regional, mesmo em uma ótica de classe e capitalista.

Nos anos 1990, a internacionalização da economia, muito forte na indústria, atingiu igualmente a agroindústria sulina, que viveu intensamente o processo de aquisição-fusão de empresas brasileiras do setor por capitais mundiais, com o objetivo de rápida liquidação da concorrência local e penetração do mercado nacional e regional. Nesse processo, foram incorporadas ao ca-

pital monopólico Batavo, Frangosul, Peixe, a Isabela, Lacesa; Nacional, Exxtra, Econômico, Real; Adubos Trevos, Manah, Frangosul etc.

A desregionalização de empresas referenciais de capitais rio-grandenses como a Calda Júnior, a Ipiranga, a Varig etc. – no contexto da privatização das grandes empresas públicas estaduais – registrou paradigmaticamente o caráter definitivo do processo de satelitização da estrutura produtiva sulina. Ainda mais que a necessidade de capitais crescentemente vultuosos para a fundação de empresas fabris, agroindustriais, de distribuição etc. de porte impede iniciativas nessa área por parte dos crescentemente frágeis capitais regionais, plenamente marginalizados da grande acumulação financeira. Um processo que se acelera em todo o país. Segundo a publicação especializada *Valor Econômico*, de São Paulo, de 3 de setembro de 2008, o "total de fusões e aquisições no Brasil chegou a US\$ 62,3 bilhões em 2008 até agosto, um recorde anual histórico [...]. Na soma do ano passado, haviam sido anunciadas transações de US\$ 59 bilhões".

4.2 Momento final

No Rio Grande do Sul, no início do novo milênio, permanecia substancialmente fora das mãos do grande capital mundial e nacional, sobretudo a posse da terra e a produção direta de matérias-primas agro-pastoris. E isso em boa parte devido às vantagens para o grande capital monopólico da verticalização do trabalho de multidões de pequenos produtores-proprietários rurais e de suas famílias, transformados em seus próprios feitores por multinacionais não interessadas na imobilização de capitais em terras; no pagamento de direitos trabalhistas devido ao trabalho nos dias feriados, de crianças, além do horário regulamentar etc. – fumo, leite, suínos, frango etc.¹⁶

Nos últimos anos, o processo de internacionalização da economia sulina acelera-se poderosamente no campo, devido ao crescente avanço da produção sobretudo de celulose através da plantação de florestas homogêneas, que enseja a crescente subjunção da propriedade fundiária sulina ao grande capital, já que deixa, nos fatos, ao proprietário da terra, apenas sua posse eminente, em processo ainda mais radical do que realizado no relativo à pequena propriedade, como apenas assinalado. A esse processo associa-se igualmente elemento novo, a compra de terras pelas próprias transnacionais, possivelmente interessadas igualmente na objetivação em propriedades materiais de seus ativos financeiros, no contexto da crise financeira que já vivemos plenamente. Segundo declaração ao *Jornal do Comércio*, em 1º de setembro deste ano, de Carlos Otaviano Brenner

¹⁶ Cf. VOGT, Olgário P. A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS 1849-1993. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

de Moraes, secretário estadual do Meio Ambiente, até 2011, o Rio Grande do Sul possuíra "900 mil hectares" "de eucalipto, pínus e acácia negra". Fecha-se, assim, a subordinação plena tendencial da economia sulina pelo grande capital monopólico.

Num plano geral, a desregionalização e subordinação do capital industrial e comercial sulino; a extinção do sistema bancário regional; a privatização das empresas públicas rio-grandense; a crise da produção rural familiar do Estado devido à penetração capitalista no campo; a crescente dependência ao mercado internacional etc. criaram padrão de produção e reprodução do capital estranho ao passado sul-rio-grandense. A transferência do poder da propriedade dos segmentos determinantes da estrutura econômica regional enseja que, por primeira vez na história do Rio Grande do Sul, o poder decisório político e econômico efetivo escape fortemente das mãos de classes dominantes claramente regionais. Ou seja, que tenham interesses na região em que vivem, por realizarem ali a produção e a realização de bens.

A submissão do aparato estatal rio-grandense a interesses econômicos extra-regionais, nacionais e sobretudo internacionais, se dá em um momento em que o Estado moderno se transforma em centralizador-distribuidor de enorme recurso, através da apropriação tributária e fiscal de parte substancial da renda regional e nacional, em uma sociedade profundamente monetarizada e mercantilizada. Agora, ao contrário do passado, a taxa de lucro de segmentos econômicos fundamentais passam a depender de decisões legais, semi-legais e ilegais do aparato legislativo, judiciário e executivo nacional e regional. O controle direto e indireto, pleno ou parcial, permanente ou intermitente, do Estado se transforma em necessidade econômica imprescindível ao capital, pequeno, grande e médio. Nesse contexto, a corrupção dos gestores públicos constitui necessidade objetiva e imprescindível do capital, impulsionada por ele, e não em fenômeno com o qual apenas conviva pragmaticamente.

5 Gênese e agonia do sistema bancário rio-grandense

A gênese, crise e agonia do setor bancário rio-grandense sintetiza paradigmaticamente a inexorável satelitização, desregionalização e subjunção ao grande capital monopólico da economia sulina nos últimos oitenta anos. Uma das primeiras regiões do Brasil a dispor de um banco comercial, o Rio Grande do Sul não dispõe hoje de um banco privado ou público sequer, digno do nome, à exceção do Banrisul. Tão radical foi o processo de destruição do capital bancário sulino que ele praticamente desapareceu como objeto de estudo das ciências sociais sulinas, sendo raras as investigações originais sobre o domínio. O trabalho de referência sobre o tema segue sendo o valioso livro

O banco pelotense & o sistema financeiro regional, de Eugenio Lagemann, publicado há quase vinte e cinco anos! 17

Em meados do século XIX. o Rio Grande do Sul contava com duas grandes áreas de acumulação de capitais, o pólo charqueador-pastoril-escravista do meridião, com eixos econômico-políticos nas cidades de Rio Grande, Pelotas e, secundariamente, Bagé, e a área colonial-camponesa, na serra e na Depressão Central, estreitamente ligada a Porto Alegre, a capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. A forte atividade mercantil e os longos anos de superávit comercial sulino ensejaram que sobretudo comerciantes desempenhassem muitas funções financeiras, comumente através de pequenas casas bancárias, sediadas em Porto Alegre e nos principais centros urbanos. Em 1858, comerciantes de Porto Alegre fundaram o Banco da Província do Rio Grande do Sul, por longas décadas, no Império e na Republica, o primeiro banco do Rio Grande do Sul. Em 1910, o Província teria sido a casa bancária a criar o primeiro cheque brasileiro!18

Em 1895, também por iniciativa de comerciantes porto-alegrenses, galvanizados pelos bons ventos econômicos do início da República, foi fundado um segundo banco, sempre em Porto Alegre, o [Nacional] do Comércio, por muito a segunda casa bancária sul-rio-grandense. Finalmente, em 1906, nascia o Banco Pelotense, desta vez criado em Pelotas, sobretudo por fazendeiros e charqueadores do meridião rio-grandense.

Além da Caixa Econômica do Rio Grande do Sul, fundada pelo Império, em 1875, o Sul conheceria novos bancos, de menor expressão, fundados em anos de expansão econômica da República Velha: o Banco Comercial Franco-Brasileiro [1913]; o Banco Porto-alegrense [1916]; o Banco Popular do Rio Grande do Sul [1919]; o Banco Pfeiffer [Banco Comercial e Industrial do Sul] [1919]. Durante esse período, foi insignificante a presença no Sul de bancos de outros estados ou estrangeiros.¹⁹

5.1 Forte expansão

Durante a República Velha, os três principais bancos comerciais sulinos abriram agências nas principais cidades do interior e, a seguir, em outras regiões do Brasil, em claro movimento de expansão financeira. Sobretudo o banco Pelotense investiu capitais captados no Estado, com destaque para a região colonial, no Paraná, Espírito Santo e Rio de Janeiro, na procura de

¹⁷ Cf. LAGEMANI, Eugenio. O banco pelotense e o sistema financeiro regional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

¹⁸ Cf. FORTUNATI, José. Habitasul + Sulbrasileiro = Meridional: o resultado de uma luta. Porto Alegre: Tchê!, 1985, p. 12.

¹⁹ Cf. OLIVEIRA, Alcibíades de. A liquidação do Banco Popular do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1940.

áreas econômicas mais dinâmicas do que o meridião sulino, sua região de atuação privilegiada.

O sistema bancário sulino tinha como grandes atividades o depósito-empréstimo popular e o crédito comercial e imobiliário. Apesar da origem sobretudo comercial, os bancos sulinos financiaram a expansão de atividades produtivas e dos serviços prioritariamente no Rio Grande do Sul, como a iluminação, a canalização de água, o saneamento, o transporte urbano etc.; o sistema ferroviário e portuário; a produção fumageira, têxtil etc.; o cooperativismo serrano; a produção e beneficiamento de madeira, da carne etc.

Sobretudo as casas bancárias porto-alegrenses resistiam a conceder financiamentos a longo prazo e juros baixos à atividade pastoril, sob a garantia de terras e de gado, que se desvalorizavam e eram de difícil realização, durante as crises setoriais e gerais, dificultando a devolução dos empréstimos. O Banco Pelotense, fundado também para suprir essa insuficiência do mercado bancário sulino, soçobrou em boa parte devido à incapacidade de realização de ativos fortemente desvalorizados, quando da crise de 1930, que atingiu duramente a produção primária, com recuo das exportações e dos preços nacionais e internacionais.²⁰

5.2 A fundação do Banrisul

A necessidade de financiamento do setor primário sulino ensejou a fundação do Banco do Estado do RS [hoje Banrisul], em 1928, por Getúlio Vargas, então presidente do Estado, eleito pelo Partido Republicano Rio-Grandense, tendo como um dos seus principais objetivos o crédito rural de longa duração, tradicional reivindicação dos criadores rio-grandenses. Com a garantia do Estado, as letras hipotecárias eram aceitas com maior facilidade no Sul, no Brasil e no Exterior.

O sistema bancário sulino superou a crise de 1930, voltando a expandir sua atuação no Estado e no Brasil nos anos seguintes. Já em 1933, surgia o Banco de Crédito Real do Rio Grande do Sul, fundado por empresários do setor imobiliário. A grande exceção foi o Banco Pelotense, que soçobrou quando daquela crise, devido sobretudo ao desequilíbrio entre sua liderança na captação de depósitos populares à vista e empréstimos de longo prazo e de difícil e problemática execução, em boa parte para o setor primário do meridião rio-grandense.

O capital bancário sulino manteve seu monopólio sobre o Estado praticamente até o governo Juscelino Kubitschek [1956-61], quando iniciou a penetração de bancos nacionais no Estado, com destaque para os estabelecimentos mineiros. Porém, es-

²⁰ Cf. igualmente: OLIVEIRA, Alcibíades. Um drama bancário: o esplendor e a queda do Banco Pelotense. Porto Alegre: Globo, 1936.

ses foram precisamente os anos de consolidação de padrão dual bancário-financeiro sulino [privado-público], de relativa solidez, que impulsionaria a produção rio-grandense, nos anos 1960 e 1970.

6 Bancos públicos estaduais de investimento

Em 1959-63, como parte do questionamento da restrição de investimentos federais quase apenas ao eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Minas Gerais, o governador Leonel Brizola retomou a proposta do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, ou seja, de bancos públicos voltados a empréstimos de largo prazo, potenciando o financiamento da produção primária pelo Banrisul, fundando a Caixa Econômica Estadual do RS [1960], destinada sobretudo ao financiamento imobiliário e de pequenos empreendimentos; conquistando do governo federal, em 1962, em associação com os governos de Santa Catarina e do Paraná, a instituição do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, destinado ao financiamento da industrialização regional.²¹

O BRDE nasceu da convergência dos esforços dos governadores dos três estados meridionais, em tentativa de superação da dependência da economia sobretudo industrial da região ao centro hegemônico paulista.²² Apoiado por Jânio Quadros, foi instituído por decreto presidencial de João Goulart, em 5 de dezembro de 1962, passando já a funcional, no ano seguinte, com sede em Porto Alegre e agências em Florianópolis e no Paraná. O banco foi capitalizado com recursos estaduais e repasse de recursos federais provenientes dos Acordos do Trigo com os USA, e, a seguir, sobretudo do BNDE, do FINAME, do FIPEME etc.²³

Em 1964, quando do golpe militar, o capital bancário sulino era constituído essencialmente pelo Banco da Província; pelo Banco Nacional do Comércio; pelo Banco Industrial e Comercial do Sul [ex-Pfiffer]; pelo Banco Agrícola Mercantil [ex-Caixa Rural de Santa Cruz do Sul]; pelo Banco de Crédito Real; pelo Banco Rio-grandense de Expansão Econômica (sob controle do banco da Bahia); pelo Banco Frederico Mentz; pelo Banco Porto-alegrense e pelo Banrisul. Porém, o sistema bancário sulino seria duramente golpeado pela centralização facilitada pela ditadura militar em favor dos capitais nacionais hegemônicos, que terminaria, mais tarde, escancarando o país ao capital bancário e financeiro mundial.

²¹ Cf. FONSECA, Pedro Dutra. Da hegemonia à crise do desenvolvimento: a história do BRDE. Porto Alegre: BRDE, 1988; CORAZZA, Gentil. Sistema Financeiro e desenvolvimento do Rio Grande do Sul. http://www.fee.tche.br/sitefee/download/ eeg/1/mesa 1 corazza.pdf

²² Cf. ACCURSO, Cláudio F. Estudos macroeconômicos de uma Região: estado do Rio Grande do Sul. 1939-55. Porto Alegre: EdiUFRGS; FEE, 2005.

²³ Cf. FONSECA. Da hegemonia [...]. ob.cit. pp. 44 et seq.

Nos anos 1900, com o sucesso do cooperativismo da produção colonial-camponesa, surgira movimento financeiro congênere, as Caixas Rurais, federalizadas em torno da Central de Caixas Rurais, com sede em Porto Alegre. A reforma bancária, empreendida no início do regime militar, limitaria a ação dessas cooperativas de crédito, em favor do capital financeiro hegemônico, levando-as ao declínio. Em 2 de janeiro de 1973, sob a pressão da concentração e centralização bancária apoiada e incentivada pela ditadura militar, os bancos da Província, Nacional do Comércio e o Industrial e Comercial do Sul fundiram-se no Banco Sul Brasileiro, com principal acionista e gestão do Montepio da Família Militar, fundo fraudulento de previdência privada que se desenvolveu à sombra da ditadura militar.

Apenas sete anos após sua formação, em 7 fevereiro de 1985, ao apagar das luzes do regime militar, o Banco Central intervinha no Banco Sul Brasileiro, desapropriando suas ações, com grande prejuízo para mais de uma centena de milhares de pequenos acionistas e depositantes. A falência do banco, na época com 378 agência no Rio Grande do Sul e no resto do Brasil e vinte mil dependentes, devia-se, "além da má administração ou da incompetência administrativa de seus diretores", a uma enorme transferência de valores, através de empréstimos sem garantias idôneas para firmas pertencentes direta ou indiretamente aos controladores do banco.²⁴ A seguir, o banco Sul Brasileiro e o banco Habitasul, nascido em 1981 pela fusão da Apesul e Habitasul [cooperativas de créditos], controlada em forma mais do que questionável por Péricles de Freitas Druck, originariam o Banco Meridional, estatal, vendido, mais tarde, em leilão, em 4 de dezembro de 1997, com o apoio do Programa Nacional de Desestatização.25

6.1 Fim da História

O banco Meridional foi comprado, por valor minúsculo, que teria sido pago em 90% com moedas podres, por holding formada por Julio Bozano e Mário Henrique Simonsen para participarem da rapinagem das privatizações. Em inícios de 2000, o Banco Meridional, triste síntese da história do capital bancário sulino, seria vendido pelo grupo Bozano-Simonsen ao banco espanhol Santander, de capitais espanhóis, esta vez, folga dizer, por alto valor e moeda sonante.

Igual sorte coube à Caixa Econômica Estadual, transformada em anódina Agência de Desenvolvimento, no contexto do movimento de privatização do sistema bancário público, em 27

²⁴ Cf. FORTUNATI, José. Habitasul + Sulbrasileiro = Meridional: o resultado de uma luta. Porto Alegre: Tchê!, 1985, p. 16.

²⁵ FORTUNATI, José. *Habitasul* + *Sulbrasileiro* = *Meridional*: o resultado de uma luta. Porto Alegre: Tchê!, 1985, p. 14.

de maio de 1997. O desmembramento do BRDE entre os estados membros deu origem ao Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul [Badesul], em de outubro de 1973, simplesmente incorporado em fins dos anos 1980 como Carteira de Desenvolvimento do Banrisul.

Em 2008, precisamente 150 anos após a fundação do Banco da Província, um dos primeiros bancos comerciais do Brasil, o Rio Grande do Sul encontra-se totalmente desprovido de sistema bancário digno de nome, à exclusão do Banrisul, em lento, gradual e seguro processo de privatização branca pelo governo Yeda Crusius.

Um contexto em que os capitais regionais são necessariamente depositados em bancos mundiais e nacionais não-riograndenses, absolutamente desinteressados, subjetiva e objetivamente, do re-investimento dos capitais regionais no Estado, ou com a promoção privilegiada do Rio Grande do Sul, mesmo em uma ótica essencialmente capitalista.

7 O Estado liberal mínimo da produção latifundiário-pastoril

Desde 1780, como assinalado, dominou no Rio Grande do Sul o bloco proprietário pastoril-charqueador centrado no meridião sulino, explorando, em forma extensiva, o braço cativo e livre, na criação animal e, em forma intensiva, o trabalho escravizado, na produção saladeiril, para produzir sobretudo charque e couros enviados para o resto do Brasil e o exterior. Até a República, a hegemonia política regional coube aos criadores, mais numerosos que os mais ricos charqueadores. As capitais de fato desse bloco regional foram Pelotas, Rio Grande e, a seguir, Bagé.

Inicialmente, a produção regional da riqueza e o controle do poder social e político apoiavam-se no domínio do braço escravizado e dos gados, mais do que no da terra. A seguir, sobretudo a partir de fins do século XIX, o crescente monopólio da terra valorizou tendencialmente a renda fundiária no pastoreio. Exigindo mão-de-obra reduzida, a produção pastoril-extensiva ensejava baixo crescimento demográfico. As duras condições de trabalho nas charqueadas, de altíssimas taxas de masculinidade, determinavam expansão populacional negativa.

A forte utilização do cativo campeiro liberou tendencialmente o estancieiro do uso problemático do gaúcho como peão, duas categorias sociais centrais na sociedade pastoril platina, sobretudo em um momento em que esses últimos possuíam alguma margem de negociação, no relativo às condições de tra-

²⁶ Cf. DAL BOSTO, Setembrino. "Capatazes, peões e cativos: fazendas pastoris no Rio Grande do Sul: 1780-1888". Dissertação de Mestrado, PPGH UPF, depositada em novembro de 2008.

balho. A utilização do cativo no pastoreio parece ter permitido ao latifúndio sulino a ocupação – para sempre ou provisória – de importantes regiões da Banda Oriental ao norte do rio Negro, onde os criadores hispano-americanos teriam encontrado dificuldades em se estabelecer por falta de mão-de-obra.²⁷

7.1 Quem não é fazendeiro é boi

A produção pastoril-charqueadora ensejou o domínio, também no Sul, de versão escravista do liberalismo que defendia o direito absoluto de propriedade sobre o trabalhador escravizado, garantido pela lei. Ela engendrou formação social regional formada pela federação de proprietários que desconheceu a cidadania de fato ao próprio homem livre pobre, como registra a própria constituição farroupilha. No século XX, Mario Quintana sintetizaria dramaticamente essa realidade lembrando que, na Campanha, "quem não é fazendeiro é boi".28

O paradigma da formação pastoril-escravista sulina foi um Estado mínimo, com isenção de impostos sobre a terra, sobre as exportações de couros, charques etc., e sobre as importações de manufaturados e de gêneros de subsistência, trazidos sobretudo do Prata, mais acessível à Fronteira e à boa parte da Campanha. Na República, prosseguiu o apoio ao livre comércio, através, da romantização ideológica do contrabandista e da defesa política e ideológica da inevitabilidade do contrabando. Os criadores sulinos opunham-se em forma cabal ao que definiam como "indústrias artificiais" [industrialização].²⁹

Na antiga formação social sulina pastoril-charqueadora-escravista, foram esquálidos os investimentos em educação. Os filhos dos trabalhadores eram introduzidos em geral desde os seis anos nas práticas produtivas pastoris e charqueadoras. Os filhos dos criadores preparavam-se para as poucas funções técnico-político-administrativas exigidas por essa sociedade rústica, alfabetizando-se nas fazendas, estudando em improvisados

²⁷ Cf. MAESTRI, Mário. O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense. (1680-1964). MAESTRI, Mário. (Org.) O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil. Passo Fundo: EdiUPF, 2007. p. 169-271; PALERMO, Eduardo. "Tierra esclavizada: el norte del Uruguay en el siglo 19". Dissertação de Mestrado, PPGH UPF [depositada em dezembro de 2008.]

²⁸ Cf. CONSTITUIÇÕES Sul-Riograndenses 1843-1947. Porto Alegre: Imprensa Oficial. s.d.

²⁹ Cf. MAESTRI, Mário. Uma história do Rio Grande do Sul: a República Velha: desenvolvimento, consolidação e crise do capitalismo regional – 1889-1930. Porto Alegre: EdiUPF, 2005.

³⁰ Cf. por exemplo: EIFERT, Maria Beatriz Chini. Marcas da escravidão nas fazendas pastoril de Soledade: 1867-1883. Passo Fundo: UPF Editora, 2007.

colégios urbanos privados, freqüentando as escolas de Direito e Medicina do Rio de Janeiro e São Paulo.³¹

7.2 Exércitos do latifúndio

Jamais houve igualmente investimento substantivo em forças armadas e policiais. Na estância, a ordem sobre peões e cativos era imposta sobretudo pelo braço pesado do capataz, sempre a serviço do fazendeiro. Nessa sociedade de escassa e desmoralizada população cidadã, quando necessário, capatazes, peões e eventualmente cativos eram armados rapidamente para defenderem os interesses das classes proprietárias, como ocorreu nas guerras Cisplatinas, na Farroupilha, em 1893-98, em 1923 etc.

Na Guerra Farroupilha, milhares de cativos foram armados, devido à raridade e, sobretudo, à defecção da população livre regional. 32 Nas revoluções de 1893, 1923, 1924, 1932 etc., a coluna guerrilheira constituiu a unidade máxima enquanto o fogão – punhado de peões comandado por capataz, em geral da mesma fazenda – constituía a unidade mínima das forças armadas pastoril-latifundiárias incapazes de praticar as formas mais complexas da guerra moderna.

A propriedade latifundiário-pastoril iniciou a superação da escravidão antes mesmo da Abolição, através da apropriação plena da terra, em parte devido ao alambramento perimetral dos campos, que acelerou a formação em curso de excesso relativo de mão-de-obra livre, permitindo que o gaúcho fosse definitivamente apialado à fazenda como peão e que o cativo campeiro fosse vendido para São Paulo ou sofresse o mesmo destino, fenômeno registrado na forte afro-ascendência de capatazes e peões na Fronteira, na Campanha, no Planalto.

7.3 Latifúndio e política

Antes e durante a guerra separatista de 1835-45, a formação social pastoril-latifundiária escravista exerceu sua hegemonia regional através do Partido Liberal, com destaque para a tendência farroupilha [exaltada]. Na segunda metade do século XIX, o Partido Liberal rio-grandense, já de pazes feitas com a Monarquia, conquistou a hegemonia regional plena, singularizando-se em relação aos liberais do resto do Império pela defesa intransigente do cativeiro, exigida pela importância da escravidão na atividade criatória e charqueadora.³³

³¹ Cf. GIOLO, Jaime. Lança & Grafite: a instrução no Rio Grande do Sul da primeira escola ao fim do Império. Passo Fundo: UPF, 1994.

³² Cf. FLORES, Moacyr. A Revolução Farroupilha. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

³³ CARNEIRO, Luis Garcia Carneiro. A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUC, 2000;

A imposição da ordem pastoril-latifundiária regional deu-se através da coerção física e ideológica. Os campos da Fronteira e da Campanha foram limpos das comunidades charruas, massacradas, absorvidas e expulsas para o futuro Uruguai. As fazendas coletivas missioneiras foram incorporadas à força ao Brasil, em 1801, e apropriadas privadamente, a seguir. A resistência do trabalhador escravizado foi sufocada permanentemente com singular violência.³⁴ O gaúcho praticou sobretudo a apropriação livre do gado, jamais reivindicando a posse de terra para tornar-se criador.

O Estado mínimo monárquico ensejava uma relativamente baixa apropriação fiscal e tributária das receitas privadas, não ensejando espaço objetivo para o enriquecimento sistemático através do controle da política pelas elites latifundiárias, que facilitava, sobretudo, a apropriação das terras públicas, o assalto às manadas dos gados, primeiro missioneiro, a seguir uruguaios, o contrabando sistemático através da fronteira etc. Destaque-se porém que o futuro duque de Caxias apoiou sua "pacificação" da Campanha quando do final da Guerra Farroupilha em boa parte comprando os principais chefes republicanos.

Após a República, apeadas da direção hegemônica regional, as forças pastoril-latifundiárias tentaram retorno ao poder, através do Partido Federalista e do Partido Libertador e, a seguir, já subsumidas pela produção mercantil-capitalista, sem partido exclusivo, expressaram seus interesses particulares por meio da Arena, do PDS, do PFL etc. Durante seu período de domínio, a produção pastoril-latifundiária engendrou formação social regional tendencialmente idêntica à do resto do país. Apesar da verdadeira ditadura no que se refere à identidade regional, as singularidades que caracterizaram o Rio Grande do Sul originaram-se fora do espaço socioeconômico latifundiário-pastoril e através de sua sufocação relativa.

8 A República e a revolução passiva do castilhismo-borgismo

A partir de 1824, a ocupação de crescentes regiões sobretudo do centro e do norte do Rio Grande por agricultores pequenos-proprietários oriundos da Europa ensejou verdadeira brecha camponesa na sociedade liberal-pastoril-latifundiária sulina, como assinalado. Esses pequenos produtores familiares especializaram-se na produção de gêneros de subsistência, escoando sua produção excedente, e a seguir especializada, no mercado regional e, secundariamente, mais tarde, em todo o Brasil.

Estreitamente articulada com Porto Alegre, a produção colonial-camponesa ensejou forte crescimento demográfico, urba-

³⁴ LIMA, Solimar Oliveira. Triste pampa: resistência e punição de escravos em fontes judiciárias no RS. 1818-1833. 2. ed. Passo Fundo: EdUPF, 2007.

no, artesanal, comercial, manufatureiro, industrial etc., que necessitava e exigia defesa intransigente do mercado regional e infra-estruturas e serviços de maior complexidade e amplitude que os postos à disposição pela formação social regional liberal-latifundiária. Apesar de seu dinamismo, os segmentos sociais colonial-camponeses foram mantidos à margem da representação política regional, ferreamente monopolizada pelos latifundiários do meridião rio-grandense.³⁵

8.1 Contradições e superações

Quando da República, a região Sul encontrava-se em franca estagnação econômica e demográfica, devido ao domínio da produção pastoril-charqueadora, ainda determinante na formação da renda regional, enquanto a economia colonial-camponesa setentrional, tomada em sentido lato, expandia-se em forma relativamente pujante. Constituía-se, assim, flagrante contradição entre uma nova hegemonia sócio-produtiva, quase sem representação política, e classes politicamente hegemônicas, mas em decadência socioeconômico tendencial.

No advento da República, o positivismo comtiano serviu como cimento ideológico à conformação, pelo até então minúsculo Partido Republicano Rio-Grandense, de um novo e dinâmico bloco político-social que, em representação da economia colonial-camponesa, da nova agricultura capitalista, do artesanato, da manufatura, da indústria regional e do capital bancário sulino, conquistou a hegemonia regional através da imposição de ordem autoritária pró-capitalista e anti-oligárquica.

O defenestramento dos segmentos liberal-pastoris, concluído com a cruenta guerra civil de 1893-5, foi definido como verdadeira "revolução passiva", no sentido gramsciano do termo. Ou seja, realização parcial e conservadora do programa exigido para a superação democrático-capitalista de formação pré-capitalista. Uma revolução realizada, desde acima, no sentido dos interesses dos segmentos proprietários, mesmo quando comandada parcialmente por facções médias ou plebéias.

8.2 Revolução inconclusa

Revolução passiva, pois limitada e incompleta, ao ser concluída através de compromissos e acomodações com as facções proprietárias pré-capitalistas. Revolução que conta, em geral, com o apoio, implícito ou explícito, de segmentos explorados, mantidos na subordinação e alienação, como forma de perpetuação do domínio sobre as classes produtoras da riqueza. Segmentos subalternizados aos quais interessaria a conclusão plena do programa democrático, sob o comando ou forte participação de segmentos sociais trabalhadores e democráticos.

³⁵ FRANCO, S. da C. Júlio de Castilho [...]. Op. cit.

O castilhismo-borgismo adaptou o Estado regional às necessidades das novas classes emergentes. Através de medidas tributárias, de discriminação aduaneira, de investimentos setoriais etc., garantiu a transferência da renda pastoril-charqueadora aos segmentos mais dinâmicos, aprofundando, nesse processo, as desigualdades regionais. Desenvolveu o sistema educacional e investiu na rede portuária, ferroviária etc. Criou instituições estatais fortes e estáveis e poderoso exército regional [Brigada Militar], para garantir sua hegemonia e a autonomia regional. Assegurou o prosseguimento da extração do sobre-trabalho dos produtores diretos rurais e urbanos.

No advento da República, inexistiam setores médios ou operários capazes de hegemonizar a luta anti-oligárquica. As frágeis classe médias urbanas, arredias aos trabalhadores, encontraram no PRP meio de progressão social e veículo de interpretação ainda que parcial de suas necessidades – expansão da administração pública; estabilidade do funcionalismo; educação básica gratuita; desenvolvimento da Brigada Militar etc. O colono-camponês não tinha condições de superar a consciência meramente local de suas necessidades, isolado cultural, ideológica e produtivamente na sua pequena propriedade, na qual acreditava comandar o destino.

8.3 O mundo do trabalho

Era muito frágil a situação do mundo do trabalho. Os peões praticavam, em pequenas equipes, atos produtivos de forte cunho individual, ilhados em imensas fazendas. Mantiveram-se, como classe, como se mantêm ainda hoje, fortemente à margem da ação social e política, mesmo a mais rústica.³⁶ A nova força emergente, o operariado urbano, fortemente minoritário em mundo essencialmente rural, ensaiava as primeiras lutas reivindicatórias. O operariado urbano daria importante salto de qualidade com a fundação da combativa Federação Operária do Rio Grande do Sul, em 1906, após a greve geral da capital, e, sobretudo, através de "Liga de Defesa Popular", organizada pela FORGS, que propôs programa extensivo a toda a população urbana, quando da greve de 1917.³⁷

O padrão regional de acumulação, apoiado em produção primária consumida regionalmente e exportada para o Brasil, mostraria dinamismo relativo, ao transformar o Rio Grande no terceiro pólo industrial, através da substituição da importação de

³⁶ Cf. MEDEIROS, Laudelino T. O peão de estância: um tipo de trabalhador rural. Porto Alegre: UFRGS/Estudos e Trabalhos Mimeografados, 1969. 57 p.

³⁷ Cf. BILHÃO, Isabel. Rivalidades e solidariedade no movimento operário: Porto Alegre 1906-1911. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. "Que a união operária seja nossa pátria!": história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: EDUFSM; Porto Alegre: EDUFRGS, 2001.

mercadorias de consumo corrente no Estado. Por quatro décadas, a forte coesão da ordem castilhista-borgista construiu os fundamentos das tradições e idiossincrasias sociais, políticas, ideológicas sulinas. Para além dos exageros apologéticos, a probidade e recato administrativo e político, a parcimônia nos gastos públicos, o sentido do serviço, do espaço e dos bens estatais etc., tidos como qualidades cidadãs sulinas, constituíam paradigmas comportamentais de Estado regional enraizado na pequena propriedade rural e urbana, dependente do mercado regional.

Abraçado pelo PRR na sua proposta de reforma conservadora da sociedade liberal sulina, o positivismo comtiano dispunha-se a alcançar a redenção social por meio da superação das "idéias", "costumes" e, conseqüentemente, "instituições" historicamente superadas, sobretudo através de "processo educativo" realizado à "luz do conhecimento" "científico positivista". Tal processo propunha e supunha políticos e administradores dedicados religiosamente à causa pública, desprendidos de qualquer "interesse individual". A "probidade" e a "austeridade" na gestão pública tornavam-se "virtudes republicanas" basilares. Apesar do enorme poder que dispuseram, Júlio de Castilho e Borges de Medeiros jamais foram acusados da mais mínima improbidade administrativa.³⁸

O padrão de desenvolvimento regional sulino mostraria por primeira vez seus limites quando da grande crise de 1920-21, ensejada pelo retrocesso relativo e absoluto das exportações primárias rio-grandenses, devido à crise-reestruturação da economia mundial após o conflito de 1914-18. A revolução de 1930 poria em cheque a autonomia econômica, social e política sulina, dando início ao longo processo de dissolução tendencial do bloco político-social histórico hegemônico durante a construção do Rio Grande moderno, que vemos, agora, neste início de milênio, em processo de franca e desbragada desagregação.

9 Rio Grande do Sul: a hegemonia do Centro-Sul

As crises econômicas de 1920-21 e, sobretudo, de 1929-30, registraram o esgotamento do padrão de acumulação primário-exportador que permitira industrialização regional por substituição de importações sobretudo no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. O bloco político-social hegemônico sulino reagiu vitoriosamente à subjunção exclusiva dos recursos nacionais aos interesses da cafeicultura paulista, em processo que unificou transitoriamente as classes proprietárias rio-grandenses e, atrás e submetidas a elas, a população sulina.

³⁸ Cf. RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Castilhos: uma filosofia da República. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul, 1980. p. 75.

Dirigente máximo da Revolução de 1930, Getúlio Vargas fora o principal rebento da segunda geração republicana sulina – "Geração de 1907". Na chefia do governo provisório, radicalizou, para o Brasil, o programa castilhista-borgista de construção autônoma do Estado, voltado para o mercado interno, ao interpretar os interesses dos capitais industrial fluminense e paulista hegemônicos.

O novo padrão nacional-desenvolvimentista reorganizava o Brasil em favor do Centro-Sul, em forma apenas mais radical do que o favorecimento do setentrião sulino, em detrimento do meridião, pelo castilhismo-borgismo. A construção de mercado nacional para a indústria do Rio de Janeiro e São Paulo dissolvia o autonomismo regional, destinando ao Rio Grande do Sul a posição subordinada de "Celeiro do Brasil".³⁹

9.1 Primeira tentativa de resistência

De 1930 a 1937, como assinalado, Flores da Cunha reagiu à satelitização sulina, através de ambicioso programa que almejava superar os óbices que esgotavam o dinamismo regional relativo. Dotou seu novo partido de programa social que registrava a vontade de buscar o apoio do operariado, mantido na dependência. Não questionou a posse latifundiária da terra, grande entrave do desenvolvimento regional.

A derrota de Flores de Cunha, em fins de 1937, que abriu caminho ao Estado Novo, deu-se devido à ruptura de importantes segmentos das classes proprietárias estaduais com a luta por desenvolvimento autônomo regional. Os produtores agropastoris enfeudados ao getulismo, pois interessados na priorização do setor primário, foram imediatamente pagos com a moeda amarga da liquidação do Banco Pelotense.

O setor manufatureiro sulino, formado por pequenas e médias empresas, sem representação autônoma, não alcançava a ver além do seu quintal. Sabemos ainda pouco do comportamento durante essa crise do capital bancário e fabril [sobretudo alemão] privilegiado por Flores da Cunha. Em 1937, o operariado urbano regional interessado na oposição ao golpe fora desorganizado pela aventura putchista do PCB de 1935.

A classe política regional [PRR, PL e PRF] aderiu gostosamente ao Estado Novo, acompanhando impassível a subalternização do Rio Grande do Sul e a violência do interventor Cordeiro de Farias, com destaque para a população alemã e, sobretudo, para o massacre dos humildes monges barbudos, ao qual o

³⁹ FONSECA, Pedro C. D. Vargas: o capitalismo em construção. 1906-1954. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Estado regional ainda não apresentou pedido de desculpas.⁴⁰ Durante a ditadura getulista, a produção industrial sulina teria despencado de 29,0%, em 1939, para 18,2%, em 1947, com crescimento relativo do setor agro-pastoril, de 33% para 39,8%, naquele período.⁴¹

9.2 Segunda tentativa de resistência

Invertendo a tendência dos anos do Estado Novo, a produção industrial sulina conheceu uma forte aceleração nos anos 1946-55, quando avançou a taxas médias de 7,0. 42 Apoiado nesse fortalecimento, que ensejou o domínio de propostas desenvolvimentistas pelos governos estaduais posteriores à redemocratização, em 1959-1963, o Rio Grande do Sul conheceu uma ainda mais orgânica resistência à privilegiação federal do Centro-Sul. Estadualizando o projeto getulista, sem se referir jamais ao retrocesso significado pelo período getulista ao Estado, o governador Leonel Brizola criou-potencializou empresas públicas que alavancassem a economia regional [CEEE, CRT, Aços Finos Piratini, CEE, BRDE etc.]. Pioneiramente, propôs democratização da posse latifundiária da terra que, desde 1920, esvaia o Estado, expatriando multidões de colonos-camponeses.

Na consecução do projeto desenvolvimentista-regional, Leonel Brizola apoiou-se crescentemente no operariado urbano e rural, mantido porém sempre na subordinação política. Nesse sentido, favoreceu a reforma agrária, porém sem ocupação dos latifúndios. Em 1961, quando da Legalidade, pediu vigilância aos trabalhadores contra o golpismo em marcha, mas opôs-se terminantemente à greve geral. Sua radicalização social relativa devia-se essencialmente à defecção dos proprietários regionais, grandes favorecidos de seu programa, mas mostrava-se incapaz de acaudilhar as classes trabalhadores e populares em um projeto de cunho social.

As classes dominantes sulinas preferiram a subordinação aos capitais do Centro-Sul e, logo, mundiais, a abraçar projeto de desenvolvimento regional que exigia o fortalecimento relativo do mundo do trabalho da cidade e do campo. Os vinte anos de tacão militar repetiram no geral os nove anos de ditadura getulista. A classe política sulina manteve-se em eterno amém a regime militar que consolidou definitivamente a superação relativa do Rio Grande do Sul.

⁴⁰ Cf. GERTZ, René E. O Estado Novo no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF Editora, 2005; PEREIRA, André & WAGNER, Carlos Alberto. Monges barbudos & o massacre do Fundão. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

⁴¹ Cf. ACCURSO, Cláudio F. Estudo macroeconômico de uma região: estado do Rio Grande do Sul: 1939-55. Porto Alegre: EdiUFRGS, 2005. p. 34.

⁴² Cf. Id.ib. p. 36.

As gestões dos governadores eleitos diretamente após o regime militar [Jair Soares, PDS-PP; Pedro Simon, do PMDB; Alceu Collares, do PDT] registraram a renúncia-incapacidade de *todas* as antigas e novas facções políticas das classes proprietárias sulinas de defenderem os interesses regionais, mesmo em um viés mercantil-capitalista.

10 Rio Grande do Sul: a hegemonia internacional

Construídas nas décadas anteriores, as grandes empresas e bancos estaduais alavancavam a economia regional e eram instrumentos de hegemonia das classes dominantes sulinas. Sua canibalização, sem oposição, quando da administração Antônio Britto [1995-1999], no bojo do *tsunami* neoliberal de fins dos anos 1980, registrou a renúncia dos segmentos proprietários regionais a defenderem os *interesses regionais* diante do grande capital, sobretudo mundial.

O fracasso da gestão Olívio Dutra, muito pálida retomada do projeto desenvolvimentista, através de bloco político-social no qual os trabalhadores tiveram, por primeira vez, representação destacada, ainda que subordinada, chancelou o fim do ciclo histórico regional, completando todas as composições possíveis das forças políticas tradicionais do estado, à exceção de projeto dirigido realmente pelas classes trabalhadoras, em forma autônoma.

O aviltamento das classes proprietárias sulinas como liderança regional não se deve à insuficiência subjetiva natural ou atávica. É, ao contrário, o resultado de metamorfose objetiva gerada pela dominação-absorção das mesmas pelo capital hegemônico, em processo construído na decorrer da história. Movimento que tornou "autonomia" e "região", respectivamente, valor e realidade imateriais aos interesses já apêndices de acumulação mundializada de capitais.

A metamorfose político-social mundial em curso se singulariza regional e nacionalmente. A percepção mais dramática desse processo no Rio Grande do Sul deve-se ao caráter tendencialmente autonômico assumido pela antiga formação sulina. A militância dos novos segmentos hegemônicos por superação radical das formas de representação e das instituições regionais passadas geram um novo e cada vez mais estranho Rio Grande do Sul.

10.1 Estranho novo mundo

A hegemonia do capital mundial, após a maré conservadora de 1989 e a radicalização da acumulação capitalista de 2003-2007, que entra agora em profunda crise, impuseram suas necessidades através das instituições tradicionais das classes proprietárias e populares cooptadas para a cooperação de classe. Agora, exige dialeticamente representação que rompa totalmente os vínculos com o passado, com a tradição, com a região, subordinando-se e identificado-se integralmente aos seus interesses.

É simbolização perfeita do estranhamento de Yeda Crusius ao Rio Grande o fato de que ela tenha nascido, crescido e estudado em São Paulo e seja militante de partido sem tradição e raízes no Estado. Seu ideário-receituário, sem raízes e compromissos regionais, permitiria-lhe servir aos interesses aos quais se dedica, em qualquer estado da federação. Ou repetir a trajetória de seu grande mentor, passando a assalariada direta do grande capital, se tiver seu futuro político regional liquidado pelos desserviços prestados ao Estado e profunda inabilidade política e pessoal.

No processo de entrega da riqueza social e pública aos interesses hegemônicos, como destacado imprescindível à própria dinâmica atual do capital, a apropriação privada de bens públicos por parlamentares e administradores, já plenamente alienados dos interesses sociais, regionais e nacionais, funciona como meio de integração plena ao grande capital. A corrupção torna-se comportamento normal e funcional, necessariamente inimputável, como assinalado no diálogo já célebre sobre o financiamento partidário no Rio Grande, por preposto da governadora.

Considerações finais

A conformação no Rio Grande do Sul já em inícios do século XIX de uma importante agricultura pequeno-mercantil ensejou a forte singularização da formação social rio-grandense, apoiada a partir da República pelo projeto pró-capitalista conservador comandado pelo PRR. A crescente satelitização, primeiro nacional, do Rio Grande do Sul, a partir de 1937, a seguir internacional, desde 1964 e 1989, ensejou uma inexorável dissolução dessa realidade, com fortes reflexos políticos, institucionais, culturais etc.

Atualmente, o grande capital almeja ordem que dissolva a consciência da população do caráter anômico da gestão do Estado, pelos prepostos públicos, em seu favor, obtida através da metamorfose do ser social em ser meramente individual, simples produtor-consumidor de mercadorias. Processo promovido pela força ideológico-institucional da ordem capitalista, associada à coerção física, mais ou menos aberta, das organizações democráticas e sociais.

Persegue-se verdadeira ditadura civil construída com a dissolução de qualquer exercício político efetivo das classes médias, populares e operárias. Esse objetivo, que requer a repressão do próprio princípio de programa e de ação anti-capitalista, exemplifica-se paradigmaticamente na criminalização, em nível continental, das Farcs, e no Brasil e, sobretudo, no Rio Grande do Sul, do MST, exigência também prioritária do capital internacional em franca penetração da campanha sulina.

A ação de Yeda Crusius no Rio Grande não é excrescência anti-democrática nascida de idiossincrasia pessoal. É a expressão regional das novas formas de dominação em construção do capitalismo em sua fase senil, que se expressam com ainda maior vigor, nos USA, de Bush II; na Colômbia de Álvaro Uribe; na França de Nicolas Sarkozy; na Itália de Silvio Berlusconi. No Rio Grande do Sul, essa ação repressiva se estenderá necessariamente – como já se estende – ao movimento dos professores públicos estaduais, o mais tradicional, combativo e organizado segmento do mundo do trabalho regional.

Também no Rio Grande, impõe-se a difícil construção de novo bloco político-social, para necessária oposição à barbarização em curso. Processo que exige a complexa organização da cidadania em torno de suas necessidades, em forma autônoma e contraditória ao Estado do capital, nucleada, sobretudo pelos segmentos fundamentais das classes trabalhadoras. Articulação imperiosamente mundial que se materializará apenas nos quadros nacionais e, sobretudo, regionais.

Referências bibliográficas

ACCURSO, Cláudio F. *Estudos macroeconômicos de uma Região*: estado do Rio Grande do Sul. 1939-55. Porto Alegre: EdiUFRGS; FEE, 2005.

ANTONACCI, Maria Antonieta. RS: as oposições e a Revolução de 1923. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

BILHÃO, Isabel. Rivalidades e solidariedade no movimento operário. Porto Alegre 1906-1911. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1999.

CAGGIANI, Ivo. *Flores da Cunha*: biografia. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

CARNEIRO, Luis Garcia Carneiro. A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2000.

CHAVES, Antônio Gonçalves. *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1978.

CONCEIÇÃO, Octávio Augusto C. A expansão da soja no Rio Grande do Sul –1950-75. Porto Alegre: FEE, 1984.

CONSTITUIÇÕES Sul-Riograndenses 1843-1947. Porto Alegre: Imprensa Oficial, s.d.

CORAZZA,Gentil. Sistema Financeiro e desenvolvimento do Rio Grande do Sul. http://www.fee. tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_1_corazza.pdf

DAL BOSTO, Setembrino. "Capatazes, peões e cativos: fazendas pastoris no Rio Grande do Sul: 1780-1888". Dissertação de Mestrado, PPGH UPF, depositada em novembro de 2008.

EIFERT, Maria Beatriz Chini. *Marcas da escravidão nas fazendas pastoril de Soledade*: 1867-1883. Passo Fundo: UPF Editora, 2007.

FLORES, Moacyr (Org.). 1893-95: a revolução dos Maragatos. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1993.

FLORES, Moacyr. A Revolução Farroupilha. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

FONSECA, Pedro C. D. *Vargas*: o capitalismo em construção. 1906-1954. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FONSECA, Pedro C. Dutra. RS: Economia e conflitos políticos na República Velha. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FONSECA, Pedro Dutra. *Da hegemonia à crise do desenvolvimento*: a história do BRDE. Porto Alegre: BRDE, 1988.

FORTUNATI, José. *Habitasul* + *Sulbrasileiro* = *Meridional*: o resultado de uma luta. Porto Alegre: Tchê!, 1985.

FRANCO, S.da C. Júlio de Castilhos e sua época. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

FRANCO, Sérgio da Costa. A Guerra Civil de 1893. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.

GERTZ, René E. O Estado Novo no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

GIOLO, Jaime. *Lança* & *Grafite*: a instrução no Rio Grande do Sul da primeira escola ao fim do Império. Passo Fundo: UPF, 1994.

GORENDER, Jacob. A burguesia brasileira. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GUTIERREZ, Ester. Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: UFPEL, 1993.

ISCRE. Industrialização do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ISCRE, 1968.

LAGEMANI, Eugenio. O Banco Pelotense e o Sistema Financeiro Regional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

LEITE FILHO, F.C. *El caudillo*: Leonel Brizola: um perfil biográfico. São Paulo: Aquiriana, 2008.

LIMA, Solimar Oliveira. *Triste pampa*: resistência e punição de escravos em fontes judiciárias no RS. 1818-1833. 2. ed. Passo Fundo: EdiUPF, 2007.

MAESTRI Mário. O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul, EdiUCS, 1984.

MAESTRI, Mário José. *Os senhores da Serra:* a colonização italiana do Rio Grande do Sul. 1875-1914. 2. ed. revista e ampliada. Porto Alegre: ACIRS: Passo Fundo. EdiUPF, 2005.

MAESTRI, Mário. O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense. (1680-1964). In: MAESTRI, Mário. (Org.). *O negro e o gaúcho*: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil. Passo Fundo: EdiUPF, 2007. p. 169-271.

MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul*: a República Velha: desenvolvimento, consolidação e crise do capitalismo regional – 1889-1930. Porto Alegre: EdiUPF, 2005.

MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul*: Ditadura e Democratização: Da inserção na produção capitalista nacional à internacionalização neoliberal. 1930-2002. Porto Alegre: EdiUPF, 2008.

MEDEIROS, Laudelino T. *O peão de estância*: um tipo de trabalhador rural. Porto Alegre: UFRGS/Estudos e Trabalhos Mimeografados, 1969.

MULLER, Carlos Alves. A história econômica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Grande Sul, 1998.

OLIVEIRA, Alcibíades de. *A liquidação do Banco Popular do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Globo, 1940.

OLIVEIRA, Alcibíades. *Um drama bancário*: o esplendor e a queda do Banco Pelotense. Porto Alegre: Globo, 1936.

PALERMO, Eduardo. "Tierra esclavizada: el norte del Uruguay en el siglo 19". Dissertação de Mestrado, PPGH UPF [depositada em dezembro de 2008.]

PEREIRA, André & WAGNER, Carlos Alberto. Monges barbudos & o massacre do Fundão. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

PEREIRA, Miguel José. Esboço histórico da Brigada Militar do estado do Rio Grande do Sul: janeiro de 1890 a julho de 1918. Porto Alegre: Brigada Militar, 1953. 2 ed. Porto Alegre: Brigada Militar, 1953.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. "Que a união operária seja nossa pátria!": história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: EDUFSM; Porto Alegre: EdiUFRGS, 2001..

REICHEL, Heloísa Jochims. A indústria têxtil do Rio Grande do Sul: 1910 a 1930. Porto Alegre: IEL/Mercado Aberto, 1978.

RIBEIRO, Aldo Ladeira. Esboço histórico da Brigada Militar do estado do rio grande do sul: agosto de 1918 a setembro de 1930. Porto Alegre: Brigada Militar, 1953.

ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhos*: uma filosofia da República. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul, 1980.

SCHIRMER, Lauro. *Flores da Cunha*: de corpo inteiro. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007.

SCHNEIDER, Regina Portella. *Flores da Cunha*: O último gaúcho lendário. Porto Alegre: EST/Martins Livreiro, 1981.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Alda & SOARES, Floriano. *Leonel Brizola*. 3. ed. Porto Alegre: Techê!/RBS, 1985.

VELLOSO, Diderot M. "Aspectos da indústria no Rio Grande do Sul". Porto Alegre: Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos da PUCRS, dezembro de 1971. [Série ensaios e pesquisas, 4.]

VOGT, Olgário P. A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS 1849-1993. Santa Cruz do Sul: EdiUNISC, 1997.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaína. *Montanhas que furam nuvens:* imigração polonesa em Áurea. (1910-1945). Passo Fundo: UPF, 2002.

ZARTH, Paulo. A. *História agrária do Planalto gaúcho*. 1850-1920. Ijuí: EdilJUÍ, 1997.



Mário Maestri (1948) é natural de Porto Alegre/RS. Iniciou seus estudos de história na UFRGS, prosseguindo-os, como refugiado político, em Santiago, no Instituto Pedagógico da Universidade de Chile, de 1971 a 1973, e na Bélgica, de 1974 a 1977, onde fez a graduação e a pós-graduação na Universidade Católica de Louvain, em Ciências Históricas. Em 1977, de retorno ao Brasil, trabalhou, entre outras universidades, na FURG, na UFRJ, na

PUCRS e na UFRGS. Leciona desde 96 no curso e programa de Pós-Graduação em História da UPF. Em 1987-1988, trabalhou como correspondente internacional em Milão. Em 1990, concluiu estágio de pós-doutoramento na Bélgica e, em 2002, semestre sabático, em Portugal. Foi editor da UPF Editora, em 2000-2001, e coordenador das coleções Brasil-Itália 500 anos de História [ACIRS] e Malungo [EdiUPF]. É autor de mais de trinta e cinco livros publicados no Brasil, na Itália, na Bélgica e na França.

Algumas publicações do autor

MAESTRI, Mário. L'esclavage au Brésil. Paris: Karthala, 1992.

MAESTRI, Mário. O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência, sociedade. Porto Alegre: EdiUFRGS, 2006.

MAESTRI, Mário. Os senhores do litoral: conquista portuguesa e genocídio tupinambá no litoral brasileiro: séc. XVI. Porto Alegre: EdiUFRGS, 1994.

MAESTRI, Mário. Storia del Brasile. Milano: Xenia, 1991.

MAESTRI, Mário. O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana erudita no Brasil escravista. O caso gaúcho. Passo Fundo: EdiUPF, 2001.

N. 106 Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos – Profa. Dra. Paula Corrêa Henning

N. 107 Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine – Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini

N. 108 Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático? - Prof. Dr. Telmo Adams

N. 109 Transumanismo e nanotecnologia molecular – Prof. Dr. Celso Candido de Azambuja

N. 110 Formação e trabalho em narrativas - Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro